

Meta de FHC é ensino médio e profissionalizante

Programa de governo deve acelerar processo de qualificação de mão-de-obra para o mercado

LEONARDO TREVISAN

As metas e promessas para a área educacional anunciadas ontem pelo candidato Fernando Henrique Cardoso privilegiavam o ensino médio. O programa é coerente com a atenção dada nos últimos quatro anos pela administração federal à escolaridade básica. Se é fato que o primeiro grau melhorou e ampliou o número de formandos, o governo considera natural dar continuidade aos estudos daqueles que, de algum modo, concluíram o ensino fundamental.

É verdade também que dar prioridade ao ensino médio tem forte conteúdo político. Há duas variáveis que o comando da campanha de Fernando Henrique nem sonha desprezar: a pressão por emprego e o novo perfil demográfico do País.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a proporção das pessoas entre 15 e 24 anos no Brasil – 19,99% dos brasileiros em 1995 – deve ter pico de crescimento no ano 2.000, o auge da “onda jovem” da demografia brasileira. Por outro lado, dados do mesmo IBGE demonstram também que, dos 2,5 milhões de postos de trabalho fechados no Brasil entre 1989 e 1996, 62% eram de jovens entre 15 e 24 anos.

O Programa de Governo “Brasil em Ação” para a área educacional reconhece, na página 2, quando define que a prioridade será dada ao ensino médio e profissionalizante que, “embora a educação por si só não garanta emprego”, permite que os jovens tenham novas oportunidades “num mundo cada vez mais complexo e competitivo”. A proposta é expandir o ensino “com qualidade”.

Os 7 milhões de alunos hoje matriculados no nível médio preenchem, segundo o Programa de Governo, 90% das vagas disponíveis. Mas apenas 27% da população de 15 a 17 anos está no ensino médio. Se todos os jovens nessa faixa etária procurassem escolas em busca de vagas, 45% deles “ficariam desatendidos”. Esse nível de ensino foi o que mais cresceu nos últimos 4 anos: as matrículas expandiram-se 33%.

Quanto à educação profissional, o programa reafirma os princípios da reforma já realizada pelo Ministério da Educação (MEC). Reforça que educação profissional não é mais “modalidade” do ensino médio mas, sim, “educação continuada” para toda a população economicamente ativa. Reconhece também que esse tipo de formação é bastante heterogênea – com escolas técnicas estaduais e federais, mais os Sistemas Nacionais de Aprendizagem – mas a oferta “ainda é pequena” para as neces-

sidades brasileiras. O programa defende o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a formação do trabalhador.

A tarefa de melhorar a qualificação do trabalhador será cumprida tanto pela reforma no ensino médio, oferecendo disciplinas

preparatórias, como pela oferta de curso técnicos, a serem cursados após o término do ensino médio. O alto custo da educação profissional exige a colaboração de várias instâncias da sociedade civil, “especialmente do meio empresarial”. O governo deve

formular diretrizes e a “certificação de competências”, embora o programa não defina como seria essa certificação.

O programa promete também um reforma curricular do ensino básico, tornando a educação “mais atraente e relevante para os alunos”. As promessas incluem também a melhoria da infra-estrutura das escolas e a utilização ampla de tecnologias educacionais “de multimídia e telemática”. O instrumento do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação do Ensino Básico foram reconhecidos como essenciais para incentivar o sistema.

Há uma nova relevância para a educação infantil. O governo reconhece a obrigatoriedade de oferta educacional às crianças de 0 a 6 anos por parte do poder público, incluindo educação infantil na concepção de educação básica. A pré-escola no Brasil tem alcance restrito a 43% das crianças na faixa entre 4 e 6 anos de idade. Está proposta a expansão anual de 5% na oferta de vagas nas pré-escolas mantidas pelo setor público.

O combate ao analfabetismo da população acima de 15 anos incluiu meta ambiciosa: “Deve propiciar a formação equivalente a, pelo menos, as quatro séries do ensino fundamental”. A tarefa da alfabetização foi vinculada à “educação profissional”. Não estão mencionadas no programa as formas para “aumentar os recursos” repassados aos Estados, municípios e organizações não-governamentais (ONGs).

Ensino Superior – O programa de governo reconhece que instituições e sistemas de ensino no mundo todo estão se eorganizando para atender às rápidas mudanças – tanto das novas áreas de conhecimento, como da nova relação entre sociedade e universidade. Propõe flexibilizar e diversificar o atual modelo, insistindo na reformulação de currículo e das modalidades de ensino, que devem estar associados ao sistema de avaliação, de forma a “garantir qualidade”.

O programa afirma que universidade “de pesquisa” não se pode constituir como “modelo único para todo o sistema”, embora esse tipo de instituição continue central.

As novas estruturas curriculares serão flexíveis para captar as mutações em curso na sociedade. Os cursos pós-médios, definidos como de “formação de nível superior de menor duração”, como os cursos sequenciais e modulados, com certificação intermediária, devem contribuir para a expansão da oferta no ensino, bem como os cursos noturnos.

O programa menciona uma “política pública para o ensino superior”, com atenção “especial” para o aprimoramento do sistema federal. A rede privada de ensino superior também terá um papel significativo na expansão educacional, com “clara definição das relações entre governo, instituições públicas e entidades privadas”.